

DISCUTINDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DO SISU (SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA)

DISCUSSING THE ACCESS AND THE PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION IN SISU CONTEXT (UNIFIED SELECTION SYSTEM)

*Magela Reny Fonticiella GÓMEZ*¹

*Julio Cesar TORRES*²

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo discutir o acesso e a evasão nos cursos de Engenharia do Câmpus Medianeira da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná). São discutidos fatos históricos acerca do acesso a um curso superior no Brasil, destacando-se, recentemente, a diversidade geográfica dos ingressantes nas Universidades Federais, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com a nota do ENEM. Parte considerável da ampliação do acesso ocorreu como decorrência do aumento das vagas nas Instituições Federais por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Um dos desafios que se faz presente diz respeito a compreender as novas características que apresentam os alunos ingressantes e seus perfis, instituindo-se ações que garantam a terminalidade dos estudos. Constatou-se, neste estudo, que as taxas de evasão caíram a partir da consolidação dos cursos, sobretudo após o incremento de políticas de permanência estudantil, embora outras variáveis possam, também, influenciar o desempenho acadêmico e a permanência na instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior, SiSU, evasão, permanência estudantil, UTFPR

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se percebido um crescimento do Ensino Superior brasileiro, com um aumento do número de vagas, bem como a criação de novos cursos de graduação. Porém, faz-se necessária uma reflexão acerca da permanência dos estudantes no Ensino Superior, visto que a evasão, nesse nível de ensino, apresenta números significativos.

Segundo Nascimento (2012), o caminho da educação no Brasil foi marcado por fatos econômicos, políticos e culturais. Temos um legado acentuado da Europa por imposição, em que se sobrepõem costumes, moral e religiosidade. A trajetória que o Brasil trilhou foi muito diferente de outros países na América do Sul, visto ser o Brasil o único colonizado pelos portugueses.

Segundo Teixeira (2002), as universidades preparam-se para mudanças, criam novos estatutos, constroem novas unidades, aumentam os corpos docente e discente. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN/1996), ocorrem várias

¹ Coordenadora de Assuntos Estudantis da Universidade Tecnológica do Paraná (UTFPR), Campus de Medianeira, mestre em educação pela Universidade Estadual Paulista. Medianeira, Paraná, Brasil. E-mail: magelafonticiella@gmail.com

² Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de São José do Rio Preto, e do Programa de Pós-Graduação em Educação, UNESP, Campus de Marília. E-mail: julio@ibilce.unesp.br

inovações. No bojo da política neoliberal, segundo Nascimento (2012), iniciou-se a expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Tal política começa a ser questionada, quando o governo começa a injetar dinheiro nas instituições particulares, enquanto que as públicas começam a ficar sucateadas, por falta de verbas e investimentos.

As políticas promovidas pelo Banco Mundial (BM), políticas estas que interferiram na educação superior brasileira, fato ocorrido em meados da década de 1990, e na continuidade na primeira década do século seguinte, foram as reformulações que tiveram como eixos centrais a diversificação das IES e dos cursos, bem como a diversificação das suas fontes de financiamento. Ao analisarmos essas políticas, conduzidas inicialmente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, seguidas com o governo Lula da Silva, efetivamente há uma desconstrução da educação pública brasileira como um direito social. Do repasse (direto e indireto) dos recursos públicos ao setor privado, a adoção da lógica empresarial como modelo de gestão nas instituições educacionais públicas, privilegiando custo-benefício, a certificação e a fragmentação do ensino, o encurtamento da formação profissional. (LIMA, 2011)

Em relação à LDBEN/1996, no que diz respeito ao capítulo da Educação Superior, Silva e Sguissardi (2001) esclarecem que o mesmo representa uma verdadeira plataforma legal e jurídica, apoiando as ações da reforma em grande medida, identificada com as recomendações dos organismos multilaterais, mas também defendida por muitos analistas e mentores nacionais da modernização do sistema de educação superior no país.

Por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, institui-se o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o objetivo de se criarem condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, para melhor vantagem da estrutura física e recursos humanos já existentes nas Universidades Federais. Borges e Aquino (2012) citam que nessa nova reestruturação, 53 (cinquenta e três) universidades federais aderem ao Reuni num primeiro momento.

Segundo o Ministério da Educação, o Reuni não busca apenas investir nas instituições de Ensino Superior públicas, para que aumentem seus indicadores quantitativos, mas propiciar que cada instituição realize com autonomia o caminho do desenvolvimento. Para alcançar esses objetivos, criam-se universidades, ampliam-se as existentes, expandem-se os cursos noturnos e, principalmente, amplia-se e incentiva-se a mobilidade estudantil. (COSTA, 2010)

Makowiecky (2011) explica que o processo de expansão da educação superior deve ser analisado em duas perspectivas: a necessidade de democratização do acesso a esse nível de ensino; e, de outro lado, as condições que essa expansão ocorre, conflitando as políticas públicas de investimento do setor público com o financiamento do privado.

Nesse processo de expansão, faltam vagas públicas em centros maiores, e sobram em muitos outros locais. Notadamente, essas vagas estão distribuídas em cidades do interior, que muitas vezes não têm estrutura mínima para acolher uma Universidade, nem tampouco os próprios estudantes.

Nos últimos anos, o Brasil passou por transformações na forma de acesso nas universidades públicas. Até recentemente, o acesso era realizado exclusivamente por concursos vestibulares, em decorrência do mérito escolar. Surge, então, a proposta de utilização do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), como acesso ao ensino nas Instituições Federais, no primeiro semestre de 2009.

O Ministério da Educação, na reformulação do ENEM, propõe que sua utilização seja de forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. A proposta tem como objetivo maior a democratização das oportunidades de acesso às vagas federais do Ensino Superior, possibilitando a mobilidade acadêmica. (BRASIL, 2010)

Esta pesquisa procurou discutir o impacto das políticas públicas implementadas visando à ampliação do acesso, e a problemática da permanência dos alunos para a conclusão dos estudos, pois, devido ao maior deslocamento geográfico dos discentes possibilitado pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada), redobra-se a atenção em relação à evasão nos cursos. Ao entender a universidade como agência formadora, esta deve estar voltada para o desenvolvimento integral de seus estudantes, preparando-os enquanto seres conscientes e responsáveis por uma sociedade na qual estão inseridos.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A universidade foi criada no Brasil devido à visita do Rei da Bélgica ao país, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, e havia o interesse político de lhe outorgar o título de *Doutor Honoris Causa*³, mas, para isso, precisaria ter uma instituição apropriada, que seria a universidade. (SOARES et al, 2002)

Entre 1889 e 1918, foram criadas, no Brasil, 56 novas escolas superiores, a maioria privadas. O cenário da educação nesse momento estava dividido entre instituições católicas, empenhadas em oferecer alternativa confessional ao ensino público e, de outro lado, as elites buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de Ensino Superior. Alguns estabelecimentos com o apoio do governo estadual, e outros eram encampados por eles, alguns permaneceram essencialmente privados. Inicia, naquele momento, a diversificação do sistema que perdura até os dias de hoje no âmbito do Ensino Superior

³*Honoris causa*, abreviado como *h.c.*, título honorífico concedido por uma universidade a pessoas eminentes, que não necessariamente sejam portadoras de um diploma universitário, mas que se tenham destacado em determinada área (artes, ciências, filosofia, letras, promoção da paz, de causas humanitárias etc.).

brasileiro, instituições públicas e leigas, federais, estaduais e outras privadas. (SANTOS; CERQUEIRA, 2011)

Com a reforma do Ensino Superior, em 1925, acontece uma drástica redução de ingressantes, ocorrida pelos exames vestibulares, e a não aceitação do certificado de aprovação do Colégio Pedro II. Essa reforma, conduzida por João Luís Alves e Rocha Vaz, fez com que o aperfeiçoamento para o ingresso no Ensino Superior, por meio dos exames vestibulares, estabelecesse o dever ao diretor de cada faculdade fixar a quantidade de vagas, a cada ano. (MILANESI, 1998)

Entende-se a educação como direito humano e inalienável no Brasil. As aspirações republicanas, no século XIX, foram as propulsoras de ideais de ordem e progresso e, também, de democratização e universalização do conhecimento. A escola, onde a educação deve ser ministrada formalmente, atua como uma força auxiliar na cultura e no conhecimento, sem barreiras para todos, mas continua distante aos segmentos de baixa renda, principalmente o Ensino Superior. (SAVIANI et al, 2006)

Logo após 1968, a pressão pelo aumento de vagas torna-se cada vez mais intensa. As faculdades isoladas difundem-se, e o setor privado beneficia-se. Nas periferias das grandes metrópoles, e nas cidades de porte médio do interior dos estados, tornam-se mais desenvolvidas. No ano de 1981, o Brasil contava então com 65 universidades, sendo sete delas com mais de 2000 alunos. É importante salientar que as novas faculdades isoladas não difundiam a pesquisa, dedicando-se exclusivamente ao ensino. O setor público, sim, é que foi responsável por todas as atividades de pesquisa e modernização do segmento universitário brasileiro. (SOARES et al, 2002)

A partir da política econômica militar nos anos de 1968, 1970 e 1971, Nascimento (2012) explica que o aumento da demanda por Ensino Superior está agregado ao crescimento das camadas médias, e às novas oportunidades de trabalho da economia na tecnoburocracia estatal. O setor público não se prepara para esse momento, enquanto o setor privado foi capaz de absorvê-lo. As instituições privadas de Ensino Superior tornam-se um grande negócio.

AS RECENTES POLÍTICAS DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), foi instituído pelo Governo Federal por intermédio do Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

Para a adesão ao Reuni, requeria-se a formulação de um projeto de reestruturação e expansão, que seria submetido à aprovação dos órgãos superiores de cada instituição. As propostas deveriam atender às metas e diretrizes delineadas pelo Decreto nº 6.096/2007. O teor do acordo que as universidades federais celebram com o MEC, faz constar que estariam elencadas as seguintes diretrizes:

- redução das taxas de evasão, ocupação das vagas ociosas, e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação, e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- articulação da graduação e pós-graduação, e da educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007)

O Ministério da Educação realizou levantamentos demonstrando que “[...] com o aumento da oferta de novas vagas, as universidades federais passam a receber um contingente significativo de novos estudantes, muitos deles oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis”. (BRASIL, 2009)

Para fazer frente a essa nova situação, cria-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), programa este que visa proporcionar aos estudantes, auxílio para manutenção de condições básicas (alimentação, transporte, saúde e moradia), bem como apoio pedagógico, visando, entre outros aspectos, diminuir a evasão e a repetência. Esse programa foi instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.

Ações previstas no PNAES constituem-se em políticas de permanência estudantil. Essas políticas de permanência abarcam não somente o aporte financeiro, mas, também, outros fatores que estão direta ou indiretamente relacionados com a evasão, como por exemplo, a distância da família, a não adaptação ao curso, questões pessoais, dificuldades pedagógicas, problemas de saúde, entre outros.

Na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira, por meio do Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil (NUAPE), que integra a Diretoria de Graduação e Educação Profissional (DIRGRAD,) promove o acompanhamento psicopedagógico e médico-odontológico dos discentes. Também

há um trabalho integrado com o Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), e o Setor de Assistência à Saúde. Cabe-nos salientar que o NUAPE procura oferecer apoio aos discentes no que tange à permanência destes na instituição, prestando atendimento aos discentes com necessidades educacionais especiais, como também gerenciando ações de educação inclusiva.

O Brasil é um país em desenvolvimento, a maioria das famílias tem uma renda que não permite financiarem uma educação superior em instituição privada, as quais detêm o maior número de vagas. Diante desse panorama, Costa et al (2010) apontam que a população reivindica o acesso ao Ensino Superior por meio das instituições públicas, e que o país conta com uma desigual distribuição geográfica das Instituições de Ensino Superior.

Por sua vez, as ações do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação.

DISCUTINDO O INGRESSO E A PERMANÊNCIA NOS CURSOS SUPERIORES DA UTFPR

A UTFPR, em 2007, adota o sistema de cotas, que disponibilizando 50% de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas. Das vagas de cotistas, 50% são destinadas aos candidatos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos *per capita*, e os outros 50% são destinados aos candidatos oriundos de famílias independente de renda.

Das vagas ofertadas em cada curso e turno, 50% destinam-se, portanto, para candidatos que tenham cursado e concluído com êxito todas as séries do Ensino Médio regular ou equivalente (técnico, magistério ou Educação de Jovens e Adultos) em escola(s) pública(s) brasileira(s) das esferas federal, estadual ou municipal, denominados Cotistas, ou que tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Encceja, ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

No acesso pelo SiSU, que é um sistema informatizado, gerenciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), as instituições públicas oferecem vagas para candidatos que participaram do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A UTFPR oferece vagas para alunos cotistas e não-cotistas. Esse modelo de acesso foi proposto em 2009, mas somente em 2010 esse sistema passou a ser utilizado como modelo de acesso ao Ensino Superior nas Universidades Federais.

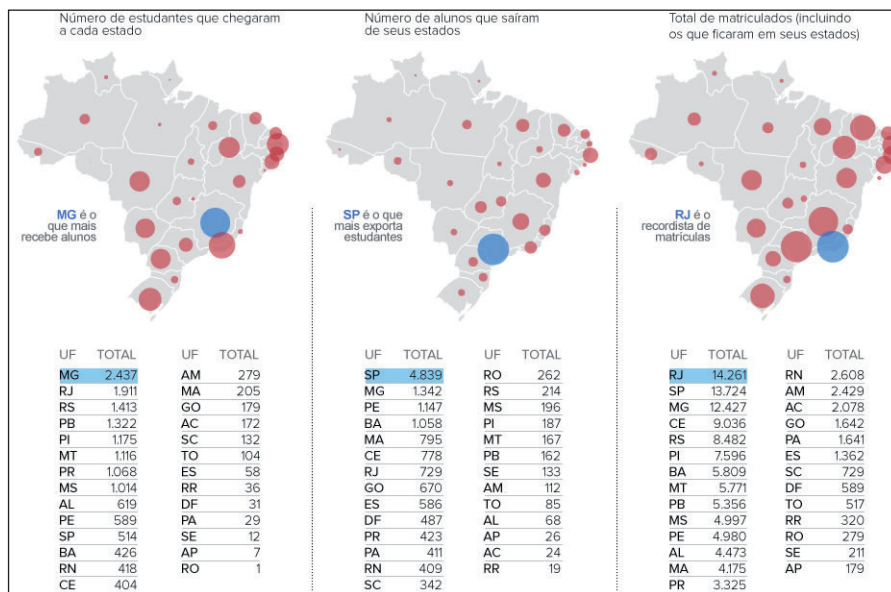
Em tempos mais recentes, mais de 15 mil jovens brasileiros aprovados pelo SiSU, no ano de 2013, iriam estudar em estados diferentes ao de sua origem. Do total desses

jovens, 13% matricularam-se fora de seus estados de origem, segundo informações do Ministério da Educação. Muitos estudantes atravessam geograficamente o país, ficando bem distantes de suas moradias e familiares. Ainda, segundo o MEC, foram realizadas, até maio de 2013, um total de 118.996 matrículas, sendo que 15.671 foram feitas por universitários que fariam mudança das moradas. (MORENO; REIS, 2013)

O lado positivo desse deslocamento geográfico, segundo Andriola (2011), é de que a mobilidade regional permite aos futuros profissionais conhecer cantos, regiões distantes de suas próprias de origem, e que esses alunos irão ter acesso à riqueza da gastronomia e da cultura popular, presentes nesses lugares. Também, é possível identificar problemas regionais, criando uma identidade nacional com base nessas experiências, sendo aspecto extremamente positivo para as futuras gerações de brasileiros.

No entanto, há a necessidade de aumento ou incremento de políticas públicas educacionais voltadas à assistência, à mobilidade e à residência ou alojamento estudantil, direcionadas a alunos de graduação, de modo a garantir a possibilidade de formação, amparada na interação social e intercâmbio regional. (ANDRIOLA, 2011)

Quadro 1 - Matrículas do SiSU por estado



Fonte: MEC, 2013.

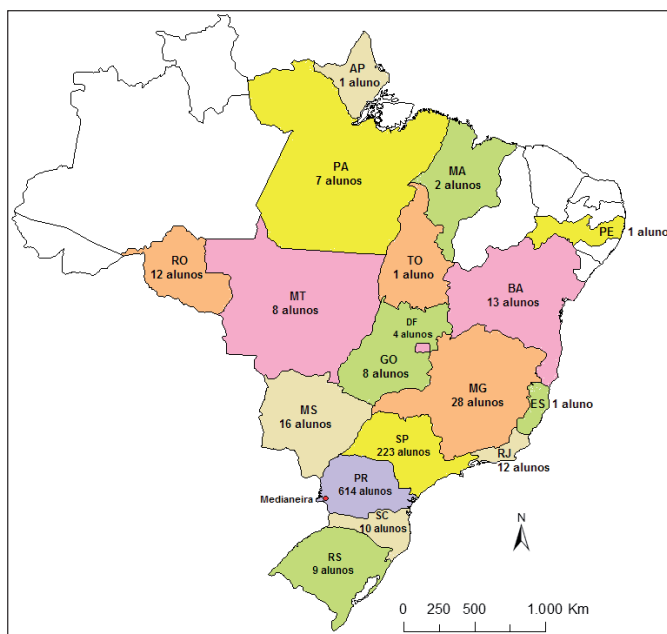
No quadro 1 pode-se observar a quantidade de alunos que se movimentam pelos estados no Brasil, matriculando-se nas Universidades Federais após serem aprovados pelo SiSU. Percebe-se que o estado do Paraná ocupa o 14º lugar no total de alunos

matriculados pelo SiSU, com 3.325 alunos, ficando em 7º lugar no rol dos estados que mais recebem estudantes de outros estados, com um total de 1.068. Ou seja, no Paraná, do total de alunos matriculados pelo SiSU, 32,12% são oriundos de outros estados, e o estado de São Paulo é o que mais exporta alunos para outros estados, considerando-se os dados relativos às matrículas em 2013.

Diversos são os obstáculos encontrados pelos estudantes, fazendo com que desistam no meio do caminho e, muitas vezes, até mesmo no início do curso. O aluno pode se deparar com diferentes níveis de dificuldades, que podem desencadear a opção ou reopção do curso, reprovação ou até mesmo a evasão. Segundo Joly et al (2005), as médias de evasão nas instituições brasileiras de Ensino Superior variam de 23 a 59%.

Evidencia-se, portanto, a responsabilidade da Instituição de Ensino Superior na implementação e garantia de condições para o desenvolvimento pleno do aluno. Entendemos, desse modo, que o fenômeno da evasão deve ser considerado a partir de uma gama de variáveis. Os alunos passam por experiências acadêmicas e sociais na universidade, e por interferências externas que remodelam seus compromissos anteriores, influenciando a decisão de permanecer ou se evadir. (JOLY et al, 2005)

Mapa 1 - Origem geográfica dos alunos matriculados na UTFPR, Câmpus Medianeira – 2013



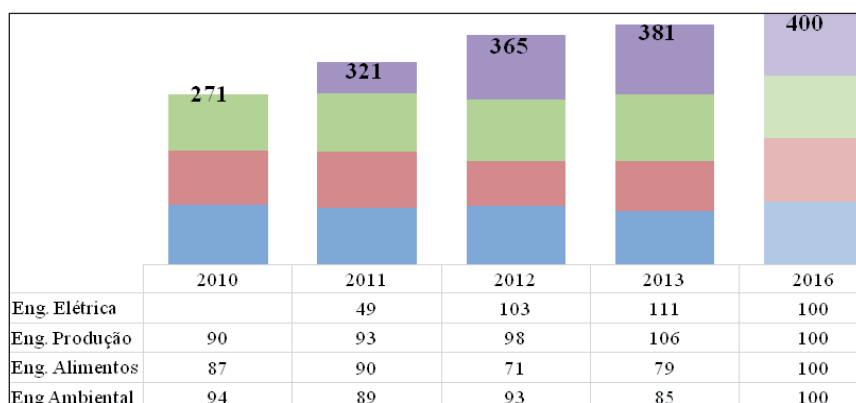
Fonte: Base cartográfica do IBGE - www.mapasparacolorir.com.br
 Reelaborado: GOMEZ (2014)

Ao analisarmos os alunos ingressantes da UTFPR, câmpus Medianeira, percebe-se que muitos enfrentam o fator distância, pois no processo de seleção do SiSU, optam para duas instituições, ou cursos diferentes para esse ingresso. Os cursos da UTFPR, câmpus Medianeira, são procurados por uma clientela bem vasta, como podemos observar no mapa 1. As vagas são preenchidas semestralmente, porém ocorre a evasão, apesar da existência de incentivos dos programas governamentais implementados pelo Reuni. Fica evidente a necessidade do incremento de ações em apoiar o aluno academicamente capaz, mas sem condições socioeconômicas para permanecer na instituição de ensino que escolheu para se graduar.

No Gráfico 1 é apresentado o número de alunos ingressantes, por ano, no período de 2010 a 2013, observando-se que, no ano de 2013, já era atingida praticamente a capacidade máxima de ingresso de estudantes, podendo ocorrer algumas variações em função da procura, matrículas por ofício, recursos judiciais, e chamada nominal. Porém, a expectativa que o teto não ultrapasse quatrocentos estudantes/ano, desde que não sejam abertos novos cursos de engenharia na instituição.

Essa informação demonstra que a capacidade máxima de ingresso está sendo verificada no câmpus Medianeira, para os cursos de engenharia. Destaca-se, que o curso de Engenharia Elétrica iniciou suas atividades no 2º semestre de 2011, como podemos observar no gráfico.

Gráfico 1 - Número de ingressantes dos cursos de engenharia da UTFPR, câmpus Medianeira, no período entre 2010 e 2013, com projeção para o ano de 2016

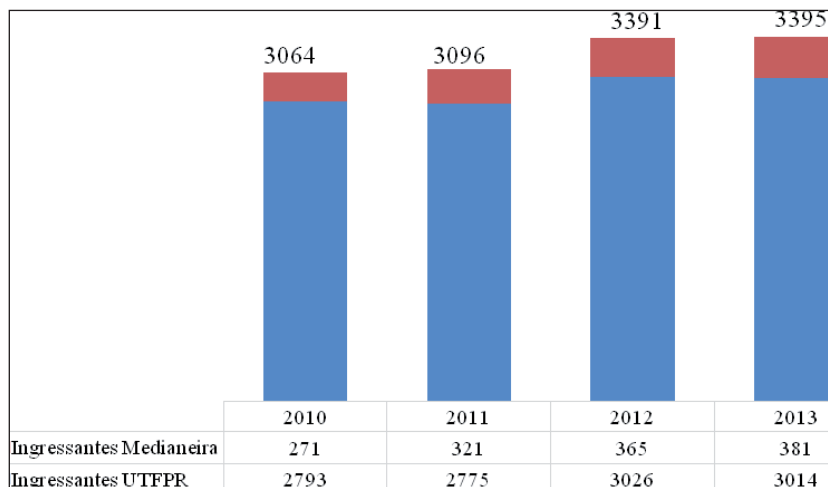


Fonte: UTFPR, Câmpus Medianeira, 2014

No Gráfico 2 é apresentado o número total de ingressantes nos cursos de engenharia da UTFPR, e a participação dos ingressantes do câmpus Medianeira. Observou-se que a ampliação no número de ingressantes nos cursos de engenharia da universidade foi de

7,9%, e que no câmpus Medianeira, esse aumento foi de 40,6%, no mesmo intervalo de 2010 a 2013.

Gráfico 2 - Número de ingressantes dos cursos de engenharia da UTFPR, no período entre 2010 a 2013



Fonte: UTFPR, 2014

Ao problematizarmos a questão da permanência estudantil, e os indicadores de evasão, assume-se que as políticas educacionais e o direito à educação, da forma como hoje configura-se, são traduzidos basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso, e a possibilidade de permanência na instituição de ensino, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos.

Segundo Blume et al (2014), de acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) das Universidades Federais, cerca de 70% dos estudantes universitários precisam de algum apoio da instituição para assegurar sua permanência, e em torno de 48,2% estão em risco de vulnerabilidade social.

O primeiro ano da graduação no curso superior é considerado um período crucial, exige adaptação e integração ao novo ambiente. O apoio da universidade é de extrema importância para a experiência, tanto quanto suas características individuais. A qualidade da transposição do Ensino Médio para o Ensino Superior dependerá do psicossocial do aluno, como o apoio da instituição, e das condições de permanência que serão disponibilizadas. (CUNHA; CARRILHO, 2005)

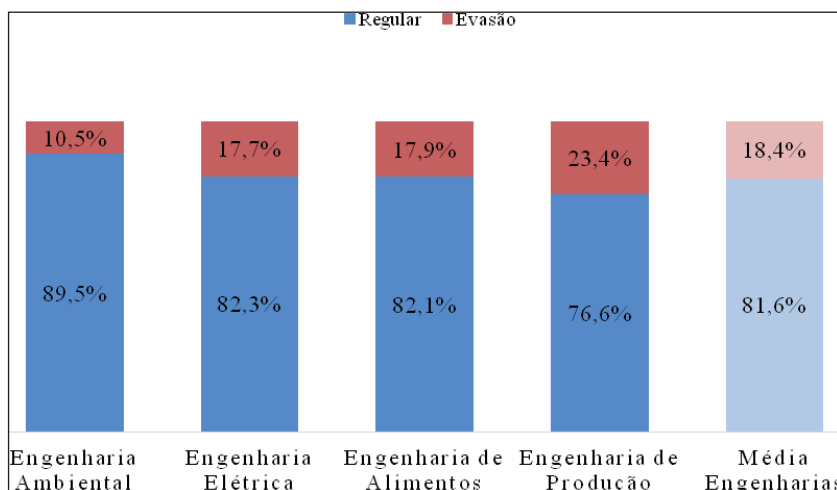
Em outro estudo sobre evasão, Joly et al (2005) discutem a interferência de inúmeros fatores nas condições de permanência, tais como o apoio da família e dos amigos, a situação financeira, o desempenho acadêmico, o relacionamento com os professores, a organização

do câmpus, as rotinas, os valores e a cultura organizacional, a qualidade institucional e a integração social. Em conjunto, são fatores que podem influenciar a evasão.

Ao analisarmos os motivos pelos quais ocorre a evasão, considera-se que os motivos desse fenômeno representam uma perda social, de recursos, e de tempo de todos os envolvidos no processo. Desse modo, percebe-se que todos perdem com a evasão, pois, a perda de alunos ao longo do processo formativo, gera uma série de críticas de educadores, especialistas, tanto da educação quanto da economia.

Ao analisarmos a origem geográfica dos alunos ingressantes no âmbito deste estudo, percebeu-se que o fator distância não representa necessariamente uma dificuldade, mesmo que no processo de seleção do SiSU, o aluno tenha duas opções para esse ingresso. Os cursos da UTFPR, câmpus Medianeira, são bastante procurados, e são preenchidas todas as vagas no processo de seleção, e no mapa 1 pudemos observar a origem desses alunos. Essas vagas são preenchidas semestralmente, porém ocorre evasão, a despeito de incentivos de programas governamentais implementados pelo Reuni para esses alunos. Nesse sentido que a questão da permanência e da evasão demanda uma investigação mais ampla e sistematizada, não devendo ser tão somente focada nas questões de ordem econômico-financeira, muito embora a questão da renda seja reconhecida, por diversos estudos, como um fator impeditivo para o bom desempenho acadêmico.

Gráfico 3 - Porcentagem de alunos regulares e evadidos, dentre os estudantes atendidos pelo auxílio estudantil, entre 2010 e 2013

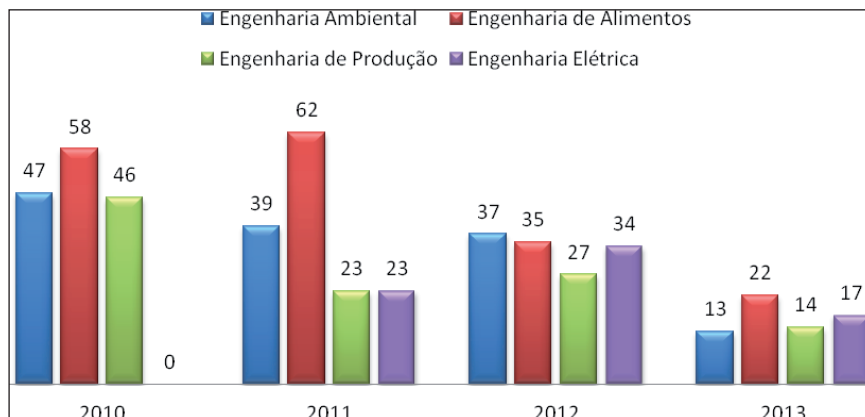


Fonte: UTFPR/Câmpus Medianeira, 2014

No Gráfico 3 é apresentada e estratificada as porcentagens de estudantes dos cursos de engenharia que foram atendidos pelo programa auxílio estudantil, dos quais,

após atendidos, mantiveram-se como alunos regulares, e os que se evadiram de seus respectivos cursos. A média do comportamento para os estudantes de engenharia, atendidos pelo programa, é apresentado na última coluna, onde observamos que o índice de evasão foi de 18,4%.

Gráfico 4 - Número de alunos evadidos dos cursos de engenharia da UTFPR, câmpus Medianeira, no período de 2010 e 2013

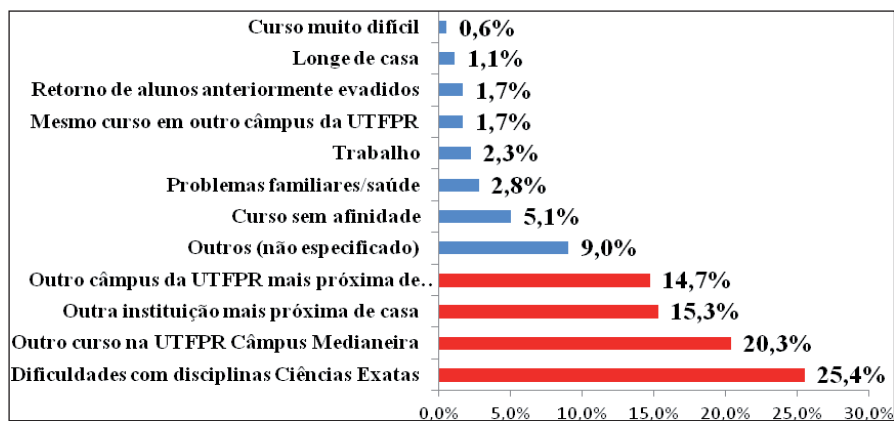


Fonte: UTFPR, 2014.

No gráfico 4 são apresentados os dados em números absolutos de evasão dos cursos de engenharia, a partir do ingresso pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada). O curso de Engenharia de Produção iniciou suas atividades no ano de 2007, porém, a partir do ano de 2010, os alunos ingressaram pelo SiSU. Pode-se perceber que a evasão, até o ano de 2013, cai acentuadamente. No ano de 2010, ao calcularmos os percentuais de evasão, temos: Engenharia Ambiental (50%), Engenharia de Alimentos (68,24%), Engenharia de Produção (51,11%). No ano de 2011, a evasão da Engenharia Elétrica fica em torno de 46,94%.

No final do ano de 2013, os percentuais diminuem consideravelmente, chegando a alcançar os seguintes percentuais: Engenharia Ambiental (17,57%), Engenharia de Alimentos (30,98%), Engenharia de Produção (14,89%) e Engenharia Elétrica (16,67%).

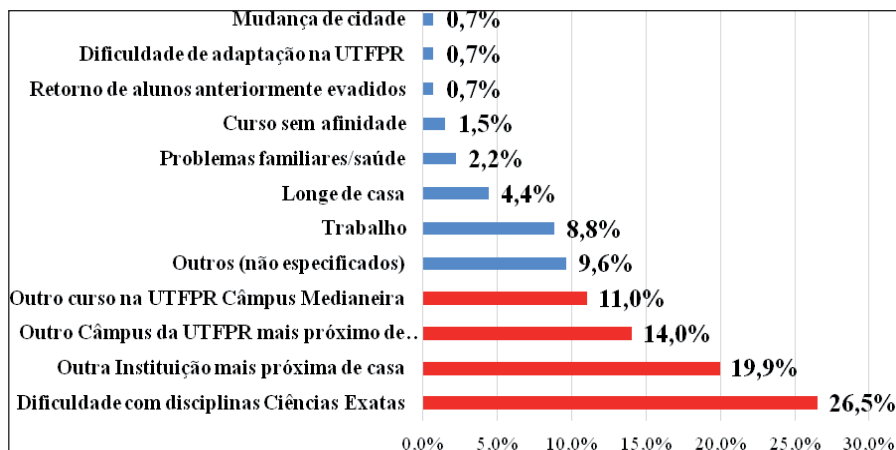
Gráfico 5 - Causas da evasão e porcentagens dos alunos evadidos do curso de Engenharia de Alimentos, entre 2010 a 2013



Fonte: UTFPR/Câmpus Medianeira, 2014.

Ao analisarmos o gráfico 5, percebemos que o maior problema enfrentado por esses alunos é a dificuldade nas Ciências Exatas. Podemos, também, constatar que alunos do Curso de Engenharia de Alimentos transferem-se para outros cursos oferecidos pela UTFPR, câmpus Medianeira, gerando uma evasão do curso em si, mas não da Instituição. Isso pode ser comprovado nos índices mostrados no gráfico acima, pelos itens que apontam a evasão para outros cursos do próprio câmpus (nesse caso, Medianeira), e para outros câmpus da UTFPR, bem como para o mesmo Curso, porém em outro câmpus.

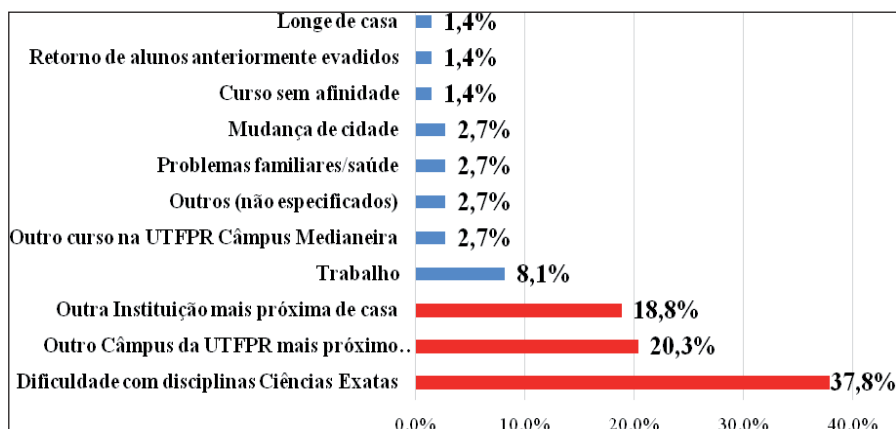
Gráfico 6 - Causas da evasão e porcentagens dos alunos evadidos do curso de Engenharia Ambiental, entre 2010 a 2013



Fonte: UTFPR/Câmpus Medianeira, 2014.

No gráfico 6 constata-se novamente a dificuldade que os alunos apresentam com as disciplinas de Ciências Exatas, sendo essa causa de evasão mais acentuada no curso de Engenharia Ambiental. Os números mostram que é grande o número de alunos que se evadem procurando outra Instituição de Ensino Superior, que esteja localizada em local mais próximo a sua casa, ou cidade de origem. Morar perto de casa é tão relevante para 19,9% dos alunos que, mudar de curso, não se apresenta como um problema.

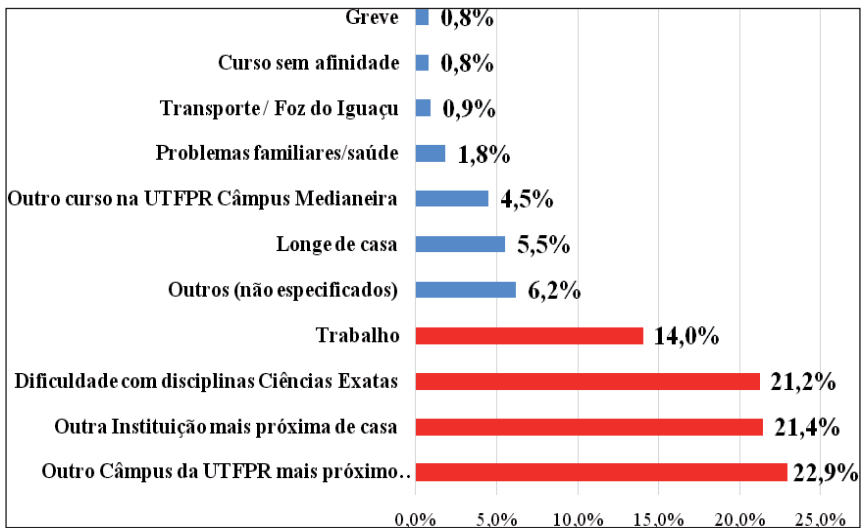
Gráfico 7 - Causas da evasão e porcentagens dos alunos evadidos do curso de Engenharia Elétrica, entre 2010 a 2013



Fonte: UTFPR/Câmpus Medianeira, 2014.

Pode-se constatar que, no Curso de Engenharia Elétrica, a maior causa de evasão também reside na dificuldade que os alunos têm com as Ciências Exatas. Diferentemente dos cursos de Engenharia de Alimentos e de Engenharia Ambiental, o Curso de Engenharia Elétrica é bastante procurado e, dificilmente, solicita-se transferência de curso. O gráfico 7 mostra que alunos que têm residência familiar em lugares mais distantes, procuram transferir o curso para outros câmpus da UTFPR (Cornélio Procópio, Londrina e Ponta Grossa), que oferecem o mesmo curso, ou outros cursos de áreas afins da Engenharia Elétrica.

Gráfico 8 - Causas da evasão e porcentagens dos alunos evadidos do curso de Engenharia de Produção, entre 2010 e 2013



Fonte: UTFPR/Câmpus Medianeira, 2014.

Ao observarmos as causas de evasão do curso de Engenharia de Produção, constatam-se, também, as dificuldades dos alunos com as disciplinas de Ciências Exatas. O Curso de Engenharia de Produção, igualmente como o Curso de Engenharia Elétrica, é um curso bastante procurado, sendo que para os alunos, morar perto da família é muito relevante. Solicitam transferência para o câmpus de Ponta Grossa, que é mais perto de casa ou da cidade de origem, sendo que esse câmpus oferece o mesmo curso no âmbito da UTFPR.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Neste estudo fomos guiados pelo objetivo de discutir a evasão e a permanência dos acadêmicos da UTFPR, câmpus Medianeira, nos cursos de engenharia da Instituição, assim como apontar a origem geográfica desses acadêmicos, e o deslocamento no contexto das Universidades Federais.

Pesquisamos os cursos de engenharia da UTFPR (Alimentos, Ambiental, Elétrica e de Produção), visto serem, historicamente, cursos com evasão altíssima, como também identificar e quantificar a evasão a partir do ano de 2010.

O acesso aos cursos superiores na Instituição, como demonstramos, é via Sistema de Seleção Unificada do INEP (SiSU), por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), iniciado em 2010. As Instituições Federais de todo o Brasil aderiram, inclusive a UTFPR, ocorrendo um fluxo migratório na educação superior cada vez maior a cada ano.

São opções novas para os estudantes em todo o Brasil, em que a ampla maioria da preferência está muito associada à vida local, ou seja, a mobilidade geográfica em 2013 chegou a 13%, em termos culturais é um enriquecimento. Para o Brasil, essa mobilidade geográfica é interessante no convívio com outras culturas, conhecimento, ajudando a construir a identidade nacional, e enriquecendo a experiência do estudante.

Apesar de ampliar o acesso ao ensino superior, estudos vem apontando e questionando a efetividade desse processo enquanto instrumento de democratização da educação, uma vez que é um processo de seleção em que se concretiza distante da instituição escolhida, ou seja, o ENEM pode ser realizado em sua cidade de origem, mas, muitas vezes, a escolha do curso não significa, depois, permanecer na instituição de ingresso.

Temos, ainda, que levar em conta que, ao contrário do senso comum, estudos vêm demonstrando que, apesar da desigualdade histórica no acesso ao ensino superior brasileiro, as oportunidades das camadas mais pobres têm sido incrementadas nas instituições públicas federais, não obstante, os olhares agora devem recair na questão da permanência desses alunos. Cabe-nos questionar, porém, a efetividade de tal processo, não necessitando somente e tão somente de gratuidade para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, e bolsas de estágio e pesquisa.

Vários estudos apontam os aspectos sociais que devem ser considerados, dentre eles: a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, o baixo desempenho, a reprovação, dentre outros. Para tanto, embora políticas públicas estejam sendo implementadas na área da educação, mister se faz o incremento e aperfeiçoamento dessas políticas. Também

é possível combater a evasão com boas equipes de profissionais que possam dar suporte a esses alunos, com o intento de se reduzir a evasão nesse nível de ensino.

Por meio dos dados pesquisados, constatou-se que a evasão, a partir da implementação do SiSU, permaneceu num patamar elevado, mas houve uma diminuição da mesma a partir da implementação de ações de permanência estudantil por meio do PNAES. Embora não sejam apresentados, neste texto, os dados da abrangência dos programas de permanência estudantil da UTFPR, câmpus Medianeira, a queda na evasão dos cursos de engenharia estudados, foi mais acentuada a partir da implementação e ampliação do PNAES. A pesquisa indicou, também, que as condições de permanência e/ou evasão, podem estar relacionadas a questões que extrapolam a variável socioeconômica, muito embora a renda *per capita* das famílias possa representar um fator impeditivo para o bom desempenho acadêmico dos alunos ingressantes. Pretende-se discutir os dados da permanência estudantil e seus impactos na permanência, na instituição investigada, em outro texto, dados os limites de espaço para essa discussão e problematização aqui nesse momento.

Ao apontarmos os motivos da evasão, de uma maneira geral, e conforme os dados demonstrados nos gráficos, constatamos, também, que os alunos evadidos, em sua maioria, encontram-se ainda em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que mesmo sendo assistidos pelo auxílio estudantil, outros fatores têm contribuído para a evasão.

Em função desse quadro, o discurso sobre evasão escolar no ensino superior no Brasil vem apresentando uma dinâmica que, na maioria das vezes, responsabiliza o aluno pelo seu fracasso, ou a universidade pela sua baixa produtividade, fundando-se em dois aspectos básicos: um primeiro pautado na relação custo/benefício das instituições, por meio da avaliação de índices de produtividade das universidades, e outro, relacionado à má qualidade da oferta de ensino médio nas escolas públicas, o que comprometeria o desempenho escolar dos alunos quando do ingresso num curso superior. Essas discussões, contudo, demandam maiores investigações e problematizações, pois, na maioria das vezes, ficam represadas em representações sociais do senso comum.

Nesse contexto, o presente trabalho buscou evidenciar como vem ocorrendo a dinâmica na UTFPR, câmpus Medianeira, em relação à suposta democratização do acesso e a garantia de permanência dos alunos, após a instituição do SiSU e do Reuni. Mais do que trazer respostas, este estudo abre novos questionamentos sobre a relação acesso/permanência no Ensino Superior público brasileiro. Sem a pretensão de generalização dos dados aqui apresentados, o caso da UTFPR, câmpus Medianeira, no tocante aos cursos de engenharia, lança certa luz no horizonte sombrio que é a questão da evasão no Ensino Superior brasileiro, e que muitos, incluindo a comunidade acadêmica e os gestores públicos, evitam investigar e discutir.

GÓMEZ, Magela Reny Fonticiella; TORRES, Julio Cesar. Discussing the Access and the Permanence in Higher Education in SISU Context (Unified Selection System). *ORG & DEMO* (Marília), v. 16, n. 1, p. 69-88, Jan./Jun., 2015.

ABSTRACT: This study aimed to discuss the access and the evasion of Engineering courses at UTFPR, Medianeira *campus*. Historic factors that made possible the access to College in Brazil were analyzed, highlighting the diversity of geographical origin of the students by means of the Unified Selection Process (SiSU) of candidates with the ENEM grades. The access extension to College occurs due to the enlargement of the vacancies at the IFES by the Reuni project. One of the challenges is related to the comprehension of the new skills and profiles of those new students, establishing actions that guarantee the conclusion of the studies. It was also verified that the evasion rates decreased after the courses consolidation, mainly regarding to the policies for the student permanence as an effective action of the government.

KEYWORDS: higher education, SiSU, evasion, student permanence, UTFPR.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio**, v. 19, n. 70, p. 107-25, 2011.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”**. 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/viewFile/15800/14128>> Acesso em: 29 mai. 2014.

BORGES, Maria Célia; FERNANDEZ AQUINO, Orlando. Educação superior no Brasil e as políticas de expansão de vagas do Reuni: avanços e controvérsias. **Educação: Teoria e Prática**, v. 22, n. 39, p. 117-138, jan./abr., 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.096, de 24 de abril de 2007b. **Instituem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 21 mai. 2014.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório do Primeiro Ano, 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12261&Itemid=1085>. Acesso em: 24 mai. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Proposta apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)**, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=310+enen.br>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

COSTA, Danilo de Melo; PAIVA, Ricardo Viana Carvalho; FERREIRA, João Carlos Peixoto. A educação Superior tecnológica como um caminho para a expansão da educação superior no Brasil. In: X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em América del Sur. **Anais.....** Mar del Plata, 8, 9 y 10 de diciembre, 2010.

CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson et al. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, 2002.

JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo; SISTO, Fermio Fernandes; SANTOS; ANGELI, Acácia Aparecida. **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. *Revista Katálysis*, v. 14, n. 1, p. 86-94, 2011.

MAKOWIECKY, Sandra. **Expansão e qualidade no ensino superior** – Contrapontos e Desassossegos. 2011. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/expans_o_ies_i.pdf> Acesso em: 08 mar. 2014.

MARQUES, Antonio Carlos H; CEPÊDA, Vera Alves. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos**. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944>> Acesso em: 17 jun. 2014.

MILANESI, Irton. A Construção Curricular do Ensino Superior no Brasil numa perspectiva histórico-sociológica da educação: da colônia à república. *Revista de Educação*, PUC-Campinas, v. 3, n. 5, p. 51-63, nov., 1998.

MORENO, Ana Carolina; REIS, Thiago. **13% dos calouros no Sisu migram de estado em 2013**. G1 Educação, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/13-dos-calouros-no-sisu-migram-de-estado-em-2013.html>>. Acesso em: 17 mai. 2013.

NASCIMENTO, Paulo Ernesto Arrais et al. **História da educação no Brasil e a prática docente diante das novas tecnologias**, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.19.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2014.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação*. Sorocaba, v. 14, n. 1, p. 9-28, mar., 2009.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes**. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/35836>>. Acesso em: 31 jan. 2014.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Maria Susana Arrosa et al. **Educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Capes, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A federalização do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf> Acesso em: 08 mar. 2014.

Submetido em: 10/02/2015

Aceito em: 31/05/2015

